

ESBOÇO DE FONOLOGIA DIACRÔNICA

Francisco da Silva Borba

I — Lingüística histórica

1. — *Conceito* — A lingüística histórica estuda as substituições que se operam na língua pela observação de etapas sucessivas de sua trajetória através do tempo.

Se a finalidade essencial da língua é estabelecer a comunicação entre as pessoas, parece estranho supor que ela esteja em constante mudança, uma vez que a intercompreensão implica a estabilidade do código. Mas, como instituição social, a língua só alcança sua finalidade no grupo e o dinamismo próprio das sociedades humanas condiciona as mudanças lingüísticas pela busca de adequação às necessidades dos usuários.

Os falantes têm a sensação de falar sempre da mesma maneira, isto é, de produzir sempre os mesmos sons, embora tal nunca aconteça. São variações de fala, irrelevantes para a forma do sistema. Na verdade, só há *mudança* quando as alterações do uso atingem a estrutura supra-individual e coletiva. Compete ao historiador determinar como e quando tal ou tal fenômeno de fala passou a ser fenômeno de língua. Por exemplo, se o [f] do latim primitivo era uma espirante bilabial passando a constrictiva labiodental no latim vulgar e assim chegando ao português, é fato de escassa importância, pois não alterou o conjunto de oposições da língua. Quando, porém, se sonorizou em posição intervocálica, realizando-se como [v], apareceu um novo fonema, que se integrou no sistema antigo, alterando-lhe a rede de inter-relações, como, por exemplo, a valorização do traço *surdez*.

2. — *Linguística estrutural histórica* — A difusão do estruturalismo não poderá deixar de ter sua influência nas pesquisas históricas e já é tempo de propormos a aplicação dos princípios fundamentais deste método ao estudo da problemática da evolução das línguas.

2.1 — *Estruturalismo e história* — A causa das discussões sobre a incompatibilidade entre estruturalismo e história está mais no ponto de vista em que se colocam os estudiosos do que na natureza do objeto. Num seminário organizado em 1968 pela revista *Raison Présente* e realizado na Sorbonne não se chegou a nenhuma conclusão a respeito, apesar de contar com a participação de especialistas nos dois setores, como Labrousse, Lefebvre, Souboul, Martinet e outros (1). Talvez convenha citar duas opiniões:

1.^a — Souboul: «A análise estruturalista dá um privilégio à noção de estabilidade, enquanto a análise histórica reconhece a noção de movimento. A história nunca é estável, nunca está terminada... entre análise estruturalista e análise histórica há uma oposição fundamental não porque esta última rechace o conceito de estrutura, mas porque a natureza deste conceito e suas regras de uso são essencialmente diferentes para os estruturalistas e para os historiadores. Para estes, a estrutura, atrás de uma estabilidade relativa do todo, não é mais que a configuração transitória de um processo de evolução; a estrutura tem em seu interior, sob a forma de contradições motoras internas, a necessidade de sua própria transformação...»

2.^a — Martinet: «Poderia ser útil também para os historiadores não identificar sincronia com estática. É possível fazer sincronia dinâmica, isto é, estudar como os fenômenos evoluem aos nossos olhos. A estrutura pode ser vista em seu dinamismo. A estrutura é captada na sincronia, mas traz em si o germen de transformações ulteriores.» (1)

Em linguística, embora sincronia e diacronia sejam pontos de vista diferentes, eles não se opõem e a contribuição do estruturalismo (sincrônico) para a linguística histórica é de caráter metodológico. Preconizando a análise estrutural de um estado de língua como condição prévia, demonstra que há mudanças de sistemas e não de formas isoladas. Assim, a linguística histórica se fará pela comparação de estados sucessi-

(1) Cf. Labrousse, E. — *Las estructuras y los hombres*, Barcelona, Ed. Ariel, 1969, p. 124.

vos, previamente descritos pelo método estrutural, o que dará aos estudos diacrônicos, uma base mais sólida e melhor compreensão do fenômeno afetado pela mudança, pois possibilita visão de conjunto (2).

2.2 — *Descrição e explicação* — Não é rara, entre os estudiosos modernos, a afirmação de que a lingüística descritiva (estrutural) apenas constata cabendo a explicação do fenômeno à lingüística diacrônica. Ora, a explicação verdadeira vai ao *âmago* dos fatos, procurando-lhes a causa essencial. Neste sentido, ambas as disciplinas podem ser ou não explicativas. Comumente elas se limitam a justificar os fatos, a primeira indicando como *é* assim e a segunda, como *chegou a ser* assim. Neste ponto, concordamos com Malmberg (2) quando diz que grande parte do material da lingüística histórica é tão descritivo quanto o material sincrônico recolhido em fontes antigas e modernas. Com efeito, dizer que [ũ] latino dá [o] em português nada explica. A maior parte das explicações modernas da gramática histórica sobre mutações de sons — sonorização, palatização, nasalização etc. — são pseudo-explicativas, pois somente constataam.

Uma lingüística explicativa tem de abstrair-se da materialidade dos fenômenos para buscar a estrutura *imane*nte da língua. Aliás, é o que a gramática gerativa está tentando fazer.

3. *Princípios gerais* —

3.1. — Como instituição social, a língua está vinculada à sua história e é objeto de história (produto histórico).

3.2 — Como conjunto organizado, é uma entidade estruturada, mas como força criadora, é estruturante. Por isso é dinâmica, não admitindo, entretanto, mudanças desordenadas e desorientadas: segue uma deriva (=mudança gradual e coerente) própria.

3.2.1 — Por ser estruturada, está sempre apta para o uso, razão por que o falante não toma consciência das evoluções a não ser quando reflita na língua. Lehmann (3) pondera que hoje a reflexão e a tomada de consciência diante das muta-

(2) Cf. Malmberg, B. — *Lingüística estructural y comunicación humana*, Madrid, Ed. Gredos, 1969, p. 276/277.

(3) Lehmann, W. P. — *Introducción a la lingüística histórica*, Madrid, Ed. Gredos, 1969, p. 204.

ções devem ser maiores devido aos meios de comunicação, à escola, à imprensa, que difundem mais a escrita — a educação e a escolarização são mais abrangentes hoje do que noutras épocas.

3.2.2. — Por ser estruturante, está sempre em busca de equilíbrio, isto é, procura reajustar-se às necessidades de comunicação do grupo. Tais adaptações se fazem já por nova análise da experiência e conseqüente reorganização, já por criações novas. Por exemplo, o neutro desapareceu nas línguas românicas por não corresponder mais àquela visão mítica e antropomórfica do universo; daí a reorganização dos morfemas de gênero numa oposição binária masculino/feminino. A queda do dual acarretou a oposição também binária do número (singular/plural) nas línguas indo-européias modernas. As inovações podem provir de possibilidades combinatórias latentes no sistema ou de criações novas. Ex.: A criação do fonema /z/ no latim vulgar se deve ao fato de que o fonema /s/, isolado quanto ao traço sonoridade, admitia a realização fonética [z] em posição intervocálica e o traço sonoridade já era valorizado em oposição como p/b, t/d, k/g. A transformação já estava, portanto, em germen na língua, tendo havido somente ampliação de traços já existentes. Por isso se diz que as criações novas quase nunca são espontâneas, mesmo admitindo-se a capacidade criadora do espírito humano. A propósito, Hermann Paul, que aceita a criação espontânea, observa que, se a língua brotou espontaneamente das necessidades de comunicação entre os homens e de seu poder criativo (à parte toda obscuridade mística que envolve a pré-história da língua e dificulta as conclusões), hoje, em geral, já não criamos mais matéria lingüística porque não sentimos necessidade disso: qualquer idéia ou sensação que surja em nós, liga-se logo à matéria lingüística tradicional por meio de associações (4). Ninguém duvida da possibilidade de criações novas, sobretudo, no léxico; frise-se, porém, que, pelo menos no domínio fônico, não se criam fonemas novos cuja substância não se manifeste nos hábitos articulatórios dos falantes.

3.3 — Desde Saussure se diz que a língua é forma e não substância. De fato, é forma enquanto conjunto abstrato de inter-relações, mas sempre se manifesta por uma substância (fônica, para os lingüistas). Se a dicotomia língua-fala

(4) Paul, H. — *Princípios fundamentais da história da língua*, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1966, p. 189.

faz parte de uma mesma realidade, então a língua é forma e, depois, substância. Por ser concreta, a substância é a primeira atingida, depois a forma ou, por outras palavras, as alterações fônicas, irreprimíveis na fala chegam a perturbar a rede de relações do sistema, levando-o a reajustar-se sob risco de comprometer sua finalidade essencial — a intercompreensão.

As mutações vão, portanto, da substância para a forma por um processo lento de readaptação. A fala se caracteriza pela extrema variedade, mas enquanto a variação não atingir a forma da língua, não houve mutação. Por exemplo, as diversas realizações do fonema /r/ em português ainda não alteraram seu valor na língua.

3.4 — Por seu dinamismo próprio é a língua uma continuidade histórica cuja evolução é determinada por fatores diversos tanto externos como internos.

Apontam-se como fatores externos a interferência nos casos de bilingüismo e a ação de substratos, adstratos e superstratos que, às vezes, contribuem para simplificar, ampliar ou reestruturar o sistema. Além disso, o dinamismo das relações humanas pode determinar modificações no sentido de reajuste às necessidades de comunicação.

São internos os fatores pertencentes à própria natureza da língua: equilíbrio e economia. As alterações fonéticas incessantes afetam não só a função distintiva dos fonemas, mas também seu rendimento funcional, tornando o sistema assimétrico. A tendência será a de reação em busca de simetria e equilíbrio. O princípio da economia procura reduzir a redundância comum em qualquer língua. Há economia paradigmática e sintagmática. A primeira integra formas isoladas e aproveita ao máximo a combinabilidade de traços relevantes, a segunda abandona elementos desnecessários para o estabelecimento da comunicação. Por exemplo, os fonemas finais das palavras nem sempre são necessários. Daí desaparecerem ou permitirem truncamentos como se vê em *cinema* e *cine*, *metró* (pelo francês) etc. É a economia sintagmática que explica a braquilogia em *canis gallicus* > *galgo*, *fructus persicus* > *pês-sego*, *vestis abbatina* > *batina* ou, na língua moderna, *batatas fritas* > *fritas*, *caracteres itálicos* > *itálicos* etc.

Assim há, nas mudanças, uma luta constante entre duas forças opostas: liberdade de realizações individuais e ação integradora do sistema.

4. *Questões metodológicas.*

4.1. — *Cortes sincrônicos* — A primeira tarefa do historiador há de ser a de estabelecer *estados de língua*, descrevê-los e, depois, compará-los para verificar como a língua evolui. A primeira dificuldade está na demarcação dos limites cronológicos. Em geral ela depende do nível a ser estudado: fonológico, morfológico, sintático ou semântico. Costuma-se dizer que a sintaxe é mais resistente do que a fonologia e, portanto, para esta, os limites de um estado seriam mais estreitos do que para aquela. Na verdade, a fonética é que se altera muito, pois o sistema fonológico muda gradual e lentamente: qualquer estrutura é sempre resistente. Por exemplo, o português moderno perdeu as africadas [ts, dz, ts, dz] que vigoraram do período romance (?) até o século XVI mais ou menos.

Os limites cronológicos devem, portanto, ser estabelecidos a partir do levantamento dos dados.

4.2. — *Método* — O estruturalismo tradicional preconiza o método indutivo-dedutivo, ou seja, observação, generalização e verificação e o mesmo se postulará para a lingüística histórica apenas com alguma diferença de técnica — a lingüística estrutural sincrônica começa pelas descrições e a histórica parte delas. Ambas são comparativas enquanto comparam contextos, distribuições, ocorrências etc., mas a lingüística histórica compara essencialmente os fenômenos em estados diferentes (de preferência sucessivos). Logo, diremos que ela se serve do método indutivo-dedutivo (cf. as leis fonéticas da lingüística histórica tradicional) e da técnica histórico-comparativa.

Neste ponto diríamos que não há duas lingüísticas (estrutural e histórica), mas duas etapas diferentes de uma mesma tarefa: compreender a língua como forma.

4.3 — *Material de observação* — Escolhido o nível de língua, o analista passa à constituição do «corpus», cuja homogeneidade se obterá por uma operação de desbastes para separar o ocasional e individual do sistemático e coletivo. Nisto poderá ajudá-lo o critério estatístico. A questão dos registros (literário, coloquial, técnico etc.) depende de suas finalidades. A extensão se prende aos níveis e registros.

Em lingüística histórica, muitas vezes a quantidade e a qualidade dos elementos do «corpus» se vinculam a disponibi-

lidades materiais. O progresso tecnológico nos fornece hoje textos da mais variada ordem, gravações com informantes, descrições de muitas línguas, que facilitam as comparações. Para estágios anteriores só contamos com textos escritos que escasseiam conforme se recua no tempo. Para o conhecimento da língua falada (e viva) nem sempre servem os textos fixados pela literatura. Neste caso só resta confiar nos diálogos reproduzidos em obras literárias, no testemunho dos gramáticos, nos manuscritos e inscrições, nos possíveis glossários e listas de 'erros' descobertos pelo cotejo de textos escritos por pessoas de pouca escolaridade com os da língua literária bem como nos possíveis 'cochilos' daqueles que estão habituados ao manejo da escrita. Auxilia também a comparação com estágios atuais ou conhecidos das línguas aparentadas.

A reconstrução de estados anteriores e o conhecimento da história de uma língua é mais fácil e oferece maiores possibilidades de êxito quando ela tem uma tradição escrita. Caso contrário, só se contará com a comparação entre as línguas aparentadas ou com os dados fornecidos pela geografia dialetal que, demarcando áreas de extensão dos fenômenos lingüísticos, aponta arcaísmos e mostra como duas línguas divergem com o tempo.

Há também o método glotocronológico pelo qual se examina o vocabulário básico através de critérios estatísticos para calcular a data de cisão entre duas línguas aparentadas.

Mesmo quando trabalha com textos escritos o historiador deverá começar pela seleção dos dados — descobrir a natureza do texto, sua autenticidade e consistência interna e até sua relação com o som físico.

5. Conceitos operacionais.

A lingüística estrutural sincrônica ou diacrônica vale-se de um conjunto de conceitos e postulados teóricos para cumprir seus fins.

Além de uma posição filosófica definida, tem necessidade de manejar certos conceitos e de colocar-se numa posição teórica determinada para não baralhar os fatos nem misturar critérios. O estruturalismo fornece conceitos como os de estrutura, sistema, estado de língua, relação, oposição, marca etc., que poderão revitalizar a lingüística histórica dando-lhe uma base mais sólida e maiores possibilidades de sucesso.

Critica-se, aliás, na lingüística histórica tradicional, o seu caráter atomístico e busca de causas de evolução muitas vezes fora do sistema, na tentativa de sistematizar o que, por si, não comporta sistematização. Evolui o sistema como um todo, não cada parte em separado.

II — Fonologia histórica

1. *Fonética e fonologia.*

1.1. — Até agora, nossos manuais (alguns muito bons) têm-se preocupado com a evolução fonética, isto é, com um conjunto de alterações fônicas determinadas, quase sempre, por condicionamentos contextuais, o que não permite uma visão de conjunto dada a complexidade e a quantidade dessas mudanças.

Em geral, se centram num ponto de vista articulatório estudando os principais tipos e sua posição na palavra. Já é, sem dúvida, meio caminho andado, embora a fonética moderna prefira focalizar a percepção auditiva como ponto de partida das mutações.

1.2 — Determinar os acidentes fonéticos é realmente um primeiro passo, a partir do qual se verificam as alterações do sistema — o conjunto de traços relevantes e vigentes num estado e não relevantes ou não vigentes noutro, ou melhor, procura-se o quadro de fonemas (=complexos fônicos com função definida) em cada estado, suas relações e interdependências para justificar *como* e *para quê* esse estado mudou. Esta é incumbência da fonologia diacrônica, disciplina que se ocupa das mudanças do sistema fonológico por causa das alterações das relações entre os fonemas, o que pode ser ocasionado por perdas ou criações novas tanto de fonemas como de traços pertinentes.

1.3 — A fonética histórica dá conta da instabilidade das realizações — Cf. L. clássico — *i* > port. *e, i, a, i, ε, Ø* — segundo a posição quanto ao acento ou à ambiência fônica: *vī-ride* > *verde*; *dubīta* > *dúvida*; *picare* > *pagar* (Port.); *vin-dicare* > *vingar*; *fīde-* > *fee* > *fé*. Já a fonologia diacrônica mostra as alterações do sistema e sua relativa estabilidade.

2. — *Mudança fonológica.*

2.1. — É determinada comumente por fatores internos. O fonólogo diacrônico parte do princípio de que os fonemas se

integram em unidades maiores — os morfemas e os sintagmas — e se arranjam em classes opositivas — os paradigmas. A falta de equilíbrio entre os fonemas em suas relações sintagmáticas e paradigmáticas provoca reajustes e readaptações.

Na cadeia falada (sintagmática) a mudança alofônica ou fonêmica altera a freqüência dos fonemas e das oposições, vale dizer, atinge seu rendimento funcional. Por exemplo, em português, a oposição momentânea/contínua é nula em posição final; a oposição n/ñ só rende quando medial, é escassíssima na inicial (cf. nu/ñu; nanika/ñanika — grafia: nu e nhu, nanica e nhanica) e nula na final. Assim, um fonema ou grupo deles pode deslocar-se em todas as distribuições. Ex.

latim *ū* > francês *y* : *muru-* > *mur* [my]

latim *kt* > espanhol *ts* : *nocte-* > *noche* [nótse]

Pode também desaparecer por fusão ou assimilação. Tal sucede porque, na seqüência falada, há grande dose de redundância tanto de fonemas como de traços pertinentes. Para a comunicação, convém mais reter a diferenciação no início da seqüência do que no fim, pois é comum ter uma forma mais fonemas que o necessário para a compreensão. Se digo *as balas*, preciso pronunciar bem a primeira oclusiva [azbálas] para não ficar *as palas* [aspálas], mas se digo [azbála] ou [azbálas] a mensagem não fica prejudicada. Há fenômenos que anulam os fonemas ou os redistribuem por economia sintagmática. A assimilação é uma tendência econômica, pois quase nunca compromete a distintividade. Por exemplo, em latim, as probabilidades de *affero* e *adfero* confundir-se com outras palavras são praticamente as mesmas. Daí *affero* e não *adfero*. Do mesmo modo, o português arcaico *arrãs* conserva o seu caráter de plural como o redundante *as rãs*.

Parece que há uma dificuldade ‘psicológica’ em pronunciar seqüências de sons iguais (cf. anti-institutivo). Daí as dissimulações ou perda de um deles: *liliu-* > *lírio*.

As alofonias causam grupos estranhos ou irregularidades distribucionais. Daí a metátese, regularizadora da distribuição, evitando as combinações insólitas por serem pouco freqüentes ou por não se ajustarem às tendências gerais de estruturação fônica dos morfemas. Ex:

genücülu- > *geolho* > *joelho* : e-o é menos estável que o-e (Cf. *coelho*, *poejo*, *poedeira*)

sibilare > *sivilare* > *sivlar* > *silvar*. — *vl* é raríssimo em português (Morais só registra *vlamíngia*, *vlox* e *vlemê* — nomes técnicos)

tenebras > *teevras* > *trevas* — *tr* é mais freqüente que *vr*. Já no latim a seqüência *er* em posição final átona tinha freqüência reduzida. Em português, desapareceu completamente por metátese: *inter* > *entre*, *semper* > *sempre*. Só subsiste em palavras eruditas ou técnicas: *éter*, *vômer*, *masseter*. Palavras mais populares como *cadáver*, *caráter*, *lúcifer* são pronunciadas [kadávi/e, karáti/e, lusif_ε].

2.2 — As alterações sintagmáticas impulsionam a reestruturação paradigmática, embora o paradigma também exerça pressão (ação analógica — nivelamento) sobre suas unidades no sentido de integrá-las para o devido equilíbrio. Os paradigmas mais estáveis são os que combinam mais traços, tendo, portanto, menos casas vazias. Comparando as consoantes do latim clássico com as do latim vulgar, logo averiguamos que os fonemas oclusivos eram integrados e os constrictivos, não:

Latim clássico					Latim vulgar					
p	t	k	f	s		p	t	k	f	s
b	d	g	—	—		b	d	g	v	z

No latim vulgar, os alofones [v] e [z], de diversas procedências, integraram-se no sistema preenchendo as lacunas estruturais de /f/ e de /s/. A causa da integração está no bom rendimento funcional da oposição surda/sonora já no latim clássico. Ora, esses dez fonemas do l.v. continuaram no português arcaico e são os mesmos do português moderno.

Por outro lado, as oposições isoladas, de traços distintivos assimétricos, tendem a confundir os fonemas ou a perdê-los nalgumas posições. Ex.: l/r já se confundiam desde o l.v. (Cf. *A. Probi*, 125 — *terebra* non *telebra*; inscrições: *pelegrinus* por *peregrinos*; línguas românicas — esp. *árbol* < *arbore*). Em português, além da troca já antiga (cf. arc. *para-ua* e *palavra*) ainda se perde na final, pelo menos no Brasil — oposições como *finar*/*final* neutralizam-se realizando-se por \emptyset ou por *r*: [areá-arear; finá-finar].

No português moderno, l/λ e n/ñ constituem pares assimétricos porque a margem de segurança (= limite de liberdade articulatória) entre a lateral e a apical 'normais' e as correspondentes palatais é reduzida, bem como não há uma lateral

nasal nem uma bilabial nasal palatal. Por isso, *n/ñ* rende pouco e *l/λ* tende dialetalmente a confundir-se fazendo desaparecer a oposição. Ex. Bahia — *l* — [mul_ε, kul_ε] Cf. [kakul_ε] = *com a colher* e *Caculé* (nome próprio); São Paulo — *j* — [muj_ε, kuj_ε].

Em suma, a modificação da estrutura fonológica é lenta, não indo além das necessidades e das possibilidades oferecidas pelo sistema.

3. *Método* — O método e a técnica serão os mesmos já propostos com as mesmas preocupações; só que o fonólogo deverá decidir-se pela fonologia da palavra ou da frase. Esta oferece dificuldade por causa do tipo de material com que contamos para estados mais antigos.

Trabalhando com textos escritos, dar-se-á especial atenção ao sistema ortográfico da língua. Frequentemente as escritas alfabéticas têm uma orientação fonológica, ou seja, não reproduzem todas as características fonéticas perceptíveis, mas apenas o que tem um valor na língua. Essa reprodução, porém, não é precisa e nem sempre há a correspondência ideal grafema ↔ fonema. A situação real é a de inadequação parcial entre os fonemas e sua representação gráfica por motivos como os seguintes:

1.º — Certos traços pertinentes não são representados senão parcialmente. Ex. O grau de abertura em português: *belo* /ε/, *café* /ε/, *vespa* /e/.

2.º — Os fonemas podem ser simbolizados por grafemas simples (um só sinal) ou complexos (mais de um sinal). É comum aparecerem os dois tipos numa mesma língua. Ex. Port.:

grafemas simples — *p, b* → fonemas /p/, /b/.

grafemas complexos — *ch, nh* → fonemas /s/, /ñ/.

3.º — Em relação aos fonemas, os grafemas podem ser: monovalentes (um grafema = um fonema) — *a, i* → /a/, /i/.

polivalentes (um grafema = mais de um fonema) — *s* → /s/ e /z/; *x* → /s/, /z/, /ks/, /s/.

equivalentes (segundo o contexto, mais de um grafema para um só fonema) — O fonema /s/ pode ser representado por *s, ss, ç*.

4.º — Uma língua pode evoluir fonética e fonologicamente e conservar o mesmo sistema gráfico. Esta situação cria confusões porque os mesmos grafemas mudam quanto ao valor do som que representam. Ex. No português arcaico ç valia por /ts/, hoje, /s/; o x valia por /s/, hoje, /s/, /z/, /s/, /ks/ (5).

Apesar disso tudo, a grafia ainda serve de guia porque (i) quanto mais grafemas monovalentes tiver, mais próxima estará do sistema fonológico, (ii) às vezes os grafemas complexos representam regularmente um traço distintivo. Ex. — Em português *ch*, *lh*, *nh* são palatais em oposição a *c* (= *k*), *l* e *n*.

Ademais, o fonólogo servir-se-á da métrica e outras convenções artísticas baseadas na estrutura fonológica: rima, aliteração, acento, quantidade para distinguir traços relevantes irreconhecíveis ou apenas suspeitos por outros processos de identificação.

4. *Conceitos operacionais* — Além dos princípios gerais já arrolados, convém ao fonólogo historiador manejar alguns conceitos específicos que o ajudarão a explicar a natureza da evolução fonológica.

4.1 *Mutação* — Qualquer alteração fônica. É alofônica ou fonêmica. Como todo fonema se realiza concretamente por alofones e como toda mutação começa por ser fonética, resulta que tal mudança atinge primeiro os fones, isto é, os traços componentes dos fonemas. Ora, as alofonias dependem diretamente da distribuição — posição na palavra ou na sílaba, vizinhança (= contexto fônico). Por isso a mudança alofônica é condicionada ou combinatória. Somente quando mudam todos os fones de um fonema dir-se-á que a mutação não é condicionada. Por outro lado, quando o condicionamento contextual deixa de atuar, a realização fonética, tornando-se livre, pode transformar o alofone em fonema pela sua liberdade de distribuição. Nesta fase, então, advêm perturbações que provocam o reajuste. Ex. O fonema /g/ latino em certa época (século V?) realizava-se como velar antes de *a*, *o*, *u* e como palatal (= *z* — fricativa côncava) antes de *e*, *i*. O [j] assilábico também permitia essa realização quando pré-vocálico isolado ou precedido de *d* ou *g* — cf. *jam* > já [zá]), *djur-*

(5) No nosso caso particular ainda acresce a instabilidade da nossa grafia antiga, o que gera incoerências: uma mesma palavra aparece escrita de várias maneiras — *azinha*, *asinha*, *enzinha*, *aziha* (= depressa); *angio*, *ango*, (= anjo) etc.

nale > jornal [zorná]. Houve, portanto, confluência de duas variantes que se tornaram independentes do contexto e deram o fonema /z/ em português, onde aparece diante de qualquer vogal.

4.1.1 *Mutação alofônica* — Sob a ação do contexto os fonemas se cindem em alofones. Como há posições que favorecem a realização-tipo, é comum encontrarem-se fonemas residuais (= fonemas mais antigos) e vários tipos de fusão de que resultam oposições ou fonemas novos. Por exemplo, o /f/ do l.v. se bifurcou em [f] inicial — fatu- > fado — e em [v] intervocálico — profectu- > proveito; o /w/ assilábico pré-vocálico e o /b/ intervocálico também se realizavam como [v]). A cisão continuou; os três alofones [v] de /-f-/, de /w/ e de /-b-/ se fundiram, mas /f/ permaneceu como residual. O resultado foi o aparecimento de mais uma oposição: f/v.

Dois fonemas ou um alofone e um fonema contíguos também podem fundir-se. Neste caso, podem aparecer ou não fonemas novos. Ex. De /n/ + [j] resultou fonema /ñ/ em português — vinea- > vinia > vinja > /víña/, mas /k/ + [j] que se assibila nos fins do século IV — facio > faço, bracchiu- > braço — não dá um novo fonema porque o /s/ já existia.

4.1.2 *Mutação fonêmica* — Sob certas condições, perdem-se ou adquirem-se fonemas sem o intermediário das alofonias. Este tipo abrange a assimilação e a dissimilação, duas forças constantes e opostas da língua, ou seja, o nivelamento e a diferenciação.

Na verdade, esses dois fenômenos raramente contribuem para a aquisição ou perda de fonemas — somente ampliam ou restringem as possibilidades distribucionais deles.

A assimilação resulta da debilitação articulatória em certas posições — ipsu- > isso, somnu- > sono, persona- > pessoa — ou da extensão de propriedades fônicas de que provêm os chamados fonemas excrescentes, na palavra, não no sistema. Ex.

port. — umeru- > ombro — /b/

esp. — homine-, nomine- > hombre, nombre — /b/

Por representar economia articulatória, a assimilação está sempre presente — fonemas contíguos tendem a assimilar-se parcialmente:

port. — *rasgar* — sg — (sd-sn) > zg (sn-sn) — [razgar]; *pato* — tu (sd-sn) > tu (sd-sd) — [patu]

latim — leg+s > legs > lex (= l_εks); * reg+s > rex

Já a dissimilação busca a diferenciação e cerceia a ação identificadora da assimilação: *liliu-* > lírio, *genesta-* > geesta > giesta.

4.2 *Acomodação fonológica* — A mudança alofônica, o mais importante tipo de mutação, altera o equilíbrio do sistema, cuja força integradora contribui para tornar fonemas certos alofones ou abandoná-los ou ainda reorganizá-los. No primeiro caso diz-se que há fonologização; no segundo, desfonologização e, no terceiro, transfonologização.

As variantes [v] de /u/, [v] de /-f-/ e [v] de /-b-/ deram o fonema /v/ em português.

As geminadas do latim clássico se perderam na maioria das línguas românicas. Desfonologizaram-se os traços simples/geminada. Assim a geminação do português ou do francês, por exemplo, nada mais é do que variante contextual — port. os sapos [ussapus], fr. hôte taciturne = [ttasity n]. O mesmo aconteceu em todas elas com relação à quantidade, que desapareceu como traço pertinente embora as vogais se realizem como breves ou como longas — as tônicas são mais longas que as átonas. Nos pares opostos pela tonicidade (ex. pára/para, dê/de, etc.), a quantidade (pāra/pāra, dē/dē) é automática e, portanto, não funcional.

As oclusivas surdas conservaram-se quando iniciais, sonorizaram-se quando intervocálicas e apocoparam-se quando finais. A oposição latina simples/geminada se restringia à intervocálica e, em quase todas as línguas românicas, as geminadas se simplificaram. Os fonemas /p-t-k/ continuaram, portanto, apenas se transfonologizaram, isto é, se reorganizaram.

4.3 *Reação em cadeia* — As alofonias muitas vezes são causadas pela influência de umas realizações sobre outras. Neste caso, fala-se de reação em cadeia, o que não altera as relações dos fonemas entre si. Ex. Na posição intervocálica,

as geminadas surdas ocuparam o lugar das simples, que se sonorizaram provocando a queda das sonoras. Há cadeia de tração ou de propulsão segundo a alteração de um fonema atraia ou propulsione a de outros.

4.4 *Campo de dispersão* — Todo fonema tem uma área de realização permitida até uma margem de segurança que impede sua confusão com as realizações de outro, pois se tal acontecer haverá disfunção fonológica. O limite impreciso entre as realizações de /l/ e /r/ em português perturbam a oposição entre os dois fonemas — Cf. falta/farta, mal/mar [farta, mar].

III — *Fonologia Diacrônica do Português*

1. *Introdução* — Ao estudar a história do sistema fonológico de nossa língua, tentaremos estabelecer estados de língua, descrevê-los e compará-los para averiguar como ou por que vias os atuais fonemas chegaram ao que são.

1.1 Limitaremos nosso estudo à fonologia da palavra e apoiar-nos-emos na autoridade de latinistas e romanistas bem como no testemunho dos gramáticos de diversas épocas, nos fatos correntes nas línguas do mesmo grupo e nos textos escritos, estes com as ressalvas já apontadas.

1.2 Procederemos a cortes sincrônicos para comparar quatro estados: latim clássico (l.cl.), latim vulgar (l.v.), português arcaico (port.arc.) e português moderno (port.mod.).

1.2.1 Não discutiremos os conceitos de l.cl. e de l.v. Conceberemos o l.cl. não como a língua das classes cultas propriamente, mas aquela língua disciplinada e fixada pela escrita nas obras dos escritores da época clássica da literatura latina cuja vigência os especialistas fixam entre 81 a.C. (1.º discurso de Cícero no Senado) a 14 d.C. (morte de Augusto). É o latim tal qual aparece nas obras de César, Cícero, Lucrecio, Catulo; Virgílio, Horácio, Tito Lívio e outros.

Entenderemos o l.v. como a língua coloquial, falada, espontânea, de disciplina gramatical limitada, concretizante e usada em todas as circunstâncias da interação social. Desta forma, sempre existiu, desde o aparecimento da língua latina. Houve uma época em que se contrapôs ao padrão literário e duas em que vigorava como o principal veículo de comunica-

ção. Para o latim antigo, da fase primitiva e pré-literária, a documentação é escassa — inscrições, fragmentos da lei das Doze Tábuas (450 a.C.), alguns discursos de Claudius Apius Caecus (censor em 312 a.C.). Durante o período literário, as duas coexistiam, mas a língua literária procurava conscientemente afastar-se do *sermo vulgaris*, *plebeius*, tido como abastardamento, corrupção da “verdadeira” língua. Com a decadência política sobrevém a decadência da literatura. Depois da época de Augusto, a língua literária vai se tornando cada vez mais artificial e esclerosada, não só porque os escritores provinham dos mais diversos pontos do vasto império romano, mas também porque seus modelos iam perdendo a atualidade. É a época do latim vulgar propriamente dito que, sem o elemento policiador e conservador da escrita (= língua literária) e à mercê de fatores diferenciais diversos segue, sem freio, sua deriva em direção às línguas românicas. Por isso se diz que elas são herdeiras diretas do latim vulgar.

Para separação entre português arcaico e português moderno decidimos pelo século XVI não só por causa da fixação da língua literária pelo modelo camoniano como também pela influência do Renascimento, que teria seus reflexos na língua falada, através da ação dos pedagogos e da difusão gradual da escrita.

1.2.2 Os limites cronológicos adotados serão:

Para o l.cl. — época de ouro da literatura latina (81 a.C. — 14 d.C.).

Para o l.v. — até o século VI d.C. mais ou menos (6).

Para o port. arc. — do aparecimento dos primeiros documentos escritos (fins do século XII) até o começo do século XVI. No final deste século, o português já era, na essência, o que é hoje (7).

2. *Vocalismo.*

2.1 Primeiro estado — Latim clássico.

-
- (6) Para Grandgent (*Introducción al latín vulgar*, Madrid, Publicaciones de la Revista de Filología Española, 2.^a ed. fotográfica, 1952, p. 21), o latim vulgar vai de 200 a.C. a 600 d.C. mais ou menos.
- (7) Cf. Williams, E. B. — *Do Latim ao Português*, Rio, Instituto Nacional do Livro, 1961, p. 27.

2.1.1 O sistema vocálico do l.cl. compunha-se de cinco fonemas segmentais:

	Anteriores	Central	Posteriores
Altas	i	—	u
Baixas	e	a	o

Pelo quadro acima, vê-se que os traços pertinentes eram anteriores/posteriores, anteriores, posteriores/central, altas/baixas.

2.1.1.1 Comparado com as línguas românicas, este sistema relativamente simples, apresentava duas particularidades importantes — a inexistência de nasais e a relevância da quantidade (— / : traços supra-segmentais) que dobra o número de fonemas. Se a quantidade resulta da distribuição (longa ou breve por posição) ou da natureza da vogal não interessa para o fonólogo, pois o que conta são as propriedades distintivas da quantidade, pelas quais se opõem vogais longas a breves. Logo, *ā/ǣ, ē/ě, ī/i, ō/ǒ, ū/ǔ*. Ex.

<i>lātus</i> (adj. largo)	/	<i>lātus</i> (subst. flanco, lado)
<i>frētus</i> (adj. apoiado)	/	<i>frētus</i> (= <i>fretum</i> , i — braço de mar)
<i>pīlus</i> (pelotão de soldados)	/	<i>pīlus</i> (pelo, cabelo)
<i>mōror</i> (v. — deliro)	/	<i>mōror</i> (v. — moro)
<i>lūtō</i> (v. — pago)	/	<i>lūtō</i> (v. — construo com barro)

Foneticamente as vogais breves eram mais baixas (= mais abertas) do que as longas correspondentes, exceto, é claro, o *a* (igual ao nosso *a* de cá [ka]). Assim, *ē = e, ě = ε, ō = o, ǒ = .*

Os tipos foneticamente baixos, [ε] e [], sendo condicionados pela quantidade, não tinham valor fonológico e, por isso, apresentamos *e* e *o* (foneticamente médios) como as baixas opostas às altas.

2.1.1.2 Relaciona-se com os fonemas vocálicos o problema do acento, que existia sem dúvida e incidia sobre uma das três últimas sílabas da palavra. Se era intensivo ou melódico,

é assunto controvertido e muito debatido (8). Não nos cabe aqui discutir a matéria — apenas reteremos que a acento condicionava a realização dos fonemas vocálicos, principalmente no tocante à quantidade: (i) a oposição entre longas e breves era mais nítida nas vogais acentuadas do que nas não acentuadas; (ii) sob o acento, os fonemas se realizam plenamente; a não acentuação favorece as alofonias — alteração de timbre, síncopes, mudança de quantidade etc.

2.1.1.3 Quanto à distribuição, as vogais latinas constituíam núcleos silábicos e ocorriam em qualquer posição na palavra — inicial, medial e final. Os fonemas /i/ e /u/ realizavam-se como [j] e [w], isto é, como semivogais, assilábicos pós-vocálicos [ex.: *laicus* (leigo), *aurum* (ouro)]. Em posição pré-vocálica absoluta eram semiconsoantes (cf.: *iam* (já), *uiuus* (vivo)]. Logo, eram variantes combinatórias assilábicas, que possibilitavam os encontros vocálicos (ditongos) *ei*, *ai*, *oi*, *eu*, *au*, *ou*, *ui*, dos quais apenas dois lograram êxito porque *ei* > *ī* (séc. II a.C.); *ai* > *ae* e *oi* > *oe* (séc. III a.C.); *eu* > *ou* > *ū* (fim do séc. III a.C.) (9). Destes, eram comuns *ae* e *au*; *oe* > *ō* > *ū*, conservando-se em algumas palavras apenas (*poena*, *foedus*) e em helenismos; *ui*, raríssimo. Os gramáticos frisam que nestes encontros as duas articulações vocálicas eram ouvidas. Os ditongos eram, então, difonemáticos.

A seqüência de duas vogais iguais em hiato — cf. *Daas* (daas — povo da Cítia), *bee* (balido — onomatopéia), *īī* (fui), *coortus* (nascimento), *tuus* (teu) era excepcional a julgar pela sua evolução: tendem a contrair-se numa vogal longa. Ex.

la(v)atrīna > *lātrīna* (sala de banho, latrina)

(8) E. Faria (*Fonética Histórica do Latim*, Rio, L. Acadêmica, 1955, p. 119) acha que era intensivo e secundariamente musical; S. Silva Neto (*História da Língua Portuguesa*, Rio, Livros de Portugal, 1962, p. 163) diz que era primitivamente musical, passando depois a intensivo; para Niedermann (*Précis de phonétique historique du latin*, Paris, L. Klincksieck, 1953, p. 11) era musical desde o início da época literária até a época imperial (27 a.C. — 476 d.C.) passando a intensivo no latim vulgar; segundo Grandgent (*o.c.*, p. 104) era provavelmente de intensidade desde o princípio; Maurer Jr. (*Gramática do Latim Vulgar*, Rio, L. Acadêmica, 1959, p. 65) sustenta que era musical no latim clássico e intensivo no latim vulgar.

(9) Cf. Niedermann, *o.c.*, p. 58, 67.

- * ne + (h) emō (forma antiga de homo) > nēmo (ninguém)
- * dī(u)itis (gen. sing. de diues — rico) > dītis
- * co-opia (abundância; cp. in-opia, indigência) > cōpia
- * iuunios (comp. de iuvenis — jovem) > iūnior (10)

2.2 Segundo estado — Latim vulgar.

2.2.1 O l.v. apresenta essencialmente dois sistemas vocálicos por causa do acento, agora intensivo (11).

	Posição tônica				Posição átona		
	Ant.	Central	Post.		Ant.	Central	Post.
Altas	i	—	u		i	—	u
Médias	e	—	o		e	—	o
Baixas	ε	a	ɔ		—	a	—
			7				5

2.2.1.1 Em relação ao l.cl., o aproveitamento de traços dos fonemas segmentais conservou-se na posição átona, mas, na tônica, apareceram mais dois fonemas (/ε/, / /), que vieram alterar as relações paradigmáticas: em vez da oposição alta/baixa, deveremos agora considerar alta / baixa / média.

Também não é o mesmo o número de fonemas — dez no latim clássico, sete e cinco no latim vulgar nas posições tônica e átona respectivamente. Houve, portanto, novo jogo de traços.

A perda do valor distintivo da quantidade (12) (e não perda da quantidade — até hoje as línguas românicas têm

(10) Cf. Niedermann, *o.c.*, p. 77/78. Apresenta vários exemplos de contrações nos textos, em formas que os dicionários registram como seqüências.

(11) Cf. nota 8.

(12) Segundo Grandgent (*o.c.*, p. 123), durante o Império. Por volta do século III ou IV, em sílabas inacentuadas, mas a confusão já data do século II. S. S. Neto (*o.c.*, p. 175), depois de ponderar que é relativa toda cronologia de fatos da língua, fixa o século III como marco da perda da oposição quantitativa, que se estendeu a toda a România. Esse desaparecimento, que possivelmente começou nas populações alo-glotas, já estava compreendido na deriva indo-européia, como se pode deduzir da perda do ritmo quantitativo do grego e de outras línguas.

longas e breves de um ponto de vista puramente fonético) fonologizou [ɛ] e []. Assim:

No l.cl. a quantidade condicionava o timbre (= grau de abertura) das vogais: as longas eram mais fechadas e as breves mais abertas, fenômeno facilmente compreensível, pois os timbres fechados são tanto mais audíveis quanto mais longos. No séc. I essas distinções de timbre já eram bem nítidas. O desenvolvimento (?) do acento intensivo veio condicionar a quantidade, porque, como vimos, a oposição longa/breve era plena sob o acento. Este fator, somado à isocronia (cf. $\bar{a}/\check{a} > \text{l.v. } a$), contribuiu para a sua desvalorização. Em compensação, o timbre, antes automático, tornou fonemas alofones como [ɛ] e [] porque foi valorizado pelo acento intensivo. Desta forma, remanejou-se o sistema:

$\bar{a} / \check{a} > a$

$\bar{e} / \check{e} > e, \varepsilon$

$\bar{i} / \check{i} > i, e$ (séc. III)

$\bar{o} / \check{o} > o,$

$\bar{u} / \check{u} > u, o$ (séc. IV)

A tendência ao equilíbrio provoca a eliminação de traços redundantes: [ɛ] e [] se fonemizaram; \bar{a} e \check{a} se igualaram por isocronia; e ($< \bar{e}$) e e ($< \check{i}$) bem como o ($< \bar{o}$) e o ($< \check{u}$) se fundiram. Daí os sete fonemas na posição tônica. A perda de /o, ε/e é inferida pela observação do estado atual das línguas românicas.

2.2.1.2 O acento intensivo deu ao l.v. um ritmo binário mais ou menos regular de alternância entre tônicas e átonas como se observa não só pelas mudanças fonéticas mas também por versos semipopulares do latim tardio.

2.2.1.3 Como no l.cl., as vogais vulgares constituíam núcleo silábico e apareciam em qualquer posição na palavra — inicial, medial e final — com algumas restrições de ocorrência relacionadas com a posição do acento.

Sendo tônicas, as sete apareciam na inicial e na medial — a, ε , e, \check{i} , , o, u (cf. $\text{ego} > \text{l.v. } eo$ [ɛo], socra []).

Sendo átonas, reduziram-se a cinco tanto pretônicas como pos-tônicas, estas tendendo à síncope quando não finais. Ex. A. Probi: 4 — masculum non masculum, 53 — calida non calda (13).

Como o acento regula o grau de abertura, sucede que as vogais átonas tendem a fechar-se, subindo um grau — as baixas passam a médias (ϵ , $\text{ } > e, o$) e as médias, a altas ($e, o > i, u$). Isto explica o desaparecimento de $[\epsilon]$ e $[\]$ e a instabilidade entre e-i e o-u átonos em qualquer posição. Os textos revelam confusão entre estes tipos. Ex.

A. Probi: 187 — robigo non rubigo, 203 — sirena non serena, 131 — puella non poella.

As finais *es-is* e *os-us* se trocam mutuamente. No A. Probi, de 100 a 109, há correções de *-is* para *-es* — tipo *apes non apis*. São encontráveis grafias como *anus, filius* por *annos, filios*. Os gramáticos atestam *quase, sibe* por *quasi, sibi*; *mihī, tibi* e *mihe, tibe*.

Apesar de perderem sua nitidez, as cinco átonas conservaram-se. Neste ponto concordam Maurer e Grandgent, aduzindo o primeiro que a redução a três finais (a, e, o) foi tardia e limitada à România Ocidental.

Dos ditongos, *ae* e *oe* reduziram-se a ϵ e e respectivamente; *au* conservou-se tendendo dialetalmente para *o*. As vogais contíguas em hiato, sendo iguais, continuaram a tendência clássica da contração — ex. *prehendere > prēndere, nihil > nil* (inscr. — Roma), *cohortem > cōrte, mortuus > mortus*. Sendo diferentes, variavam muito. Não era rara a redução do grau de abertura da primeira com conseqüente inflecção da consoante contígua ou a simples queda. Cf.:

*battuere > * batt^were > * battere > port. bater, esp. batir, fr. battre, it. battere*

vinea > vinia > vinja > port. vinha, esp. viña, fr. vigne, it. vigna

2.3 Terceiro estado — Português arcaico.

(13) Dos exemplos aduzidos alguns foram tomados emprestados aos manuais citados. Na sua maioria foram colhidos em Diaz y Diaz, M. C. — *Antologia del Latín vulgar*, 2.^a ed., Ed. Gredos, 1962.

Fernão de Oliveira fala em *a* grande [a] e *a* pequeno [] sob a ação da quantidade: “mudar hũa quantidade de vogal grande a pequena... desfaz muito no significado da lingua...” (16). Para ele, a diferença entre /a/ e / / está em que a primeira “traz mais espírito” (= mais sopro, mais duração).

Hart (17) também coloca a/ no sistema fonológico do português do século XVI.

Não encontramos nenhuma referência indireta à fonologização das nasais, mas os textos nos mostram pares opostos pela nasalidade:

ca (= porque)	/	cã (adv. de intensidade)
e (= e)	/	e (= em)
vi (= vi)	/	vi in (= vim)
doo (= choro)	/	dõ (= dom)
hu (= onde)	/	hũu (= um)

Partindo da informação de Grandgent (18) de que, no l.v., a vogal precedente a *m* e *n* devia ser levemente anasalada, não é difícil inferir que nossas nasais se tornaram independentes do contexto fônico (e, portanto, fonemas) com a queda do —n— ocorrida durante o século X, segundo Williams (19). A valorização da nasalidade se deve ao fato de que nem sempre ela desaparece após a síncope do —n—: cf. arena— > area > area > areia, mas fine— > fie > fii > fi. Foi ajudada por processos assimilatórios de consoantes nasais contíguas a vogais orais: Cf. mea— > mĩa, mihi > mi > mĩ, nec > ne > ne (20).

A expansão do traço nasalidade alterou o número de fonemas em relação ao l.v.: elevou-se para treze na posição tônica, isto é, continuaram os sete orais com acréscimo de mais um e cinco nasais (21).

(16) Cf. *o.c.*, cap. XX.

(17) Cf. Hart Jr. T.R. — *Notes on Sixteenth-Century Portuguese Pronunciation*, In: *Word*, Vol. II, 1955 — p. 404/405.

(18) Cf. *o.c.*, p. 193.

(19) Cf. *o.c.*, p. 108.

(20) Mesmo para o português antigo é necessário distinguir fonema nasal e alofone nasal. Os textos às vezes marcam esses alofones: *enos* e *enos* (= nos, isto é, en + os).

(21) Havia cinco nasais porque articulatoriamente a nasalidade se combina mal com vogais muito baixas, no caso a, por causa do grau máximo de abertura do canal bucal.

2.3.1.2 Sob a ação do acento, os treze fonemas arro-
lados se realizavam em qualquer posição na palavra. Quando
átomos, continua a tendência para a redução aos tipos mais
fechados. Assim:

1.º — Como no l.v. e/ε e o/ ficaram prejudicados.

2.º — Dos cinco pretônicos — a, e, i, o, u —, e/i e o/u
se confundiam como atestam as indecisões gráficas (22).
Fernão de Oliveira informa que “antre *u* e *o* pequeno ha tanta
vezinhança q quasi nos confundimos dizendo hūs somir e ou-
tros sumir: e dormir ou durmir...” (23). Logo, os alofones
eram:

$$/a/ \rightarrow [a] \text{ e } \begin{matrix} <[e] \\ [i] \end{matrix} \quad /o/ \begin{matrix} <[o] \\ [u] \end{matrix}$$

3.º — Com os postônicos finais, a redução era a mesma:

a → como até hoje em Portugal (24)

o → u — já no século XII (25)

e → i — segundo nos informam os dados da geografia
dialetoal (26)

Os textos não nos oferecem nenhuma evidência além da
absoluta predominância de *e* e *o* finais átomos seguidos ou não
de *s*, *o* que atesta o caráter fonológico da ortografia. Algu-
mas vacilações, entretanto, nos mostram a tendência da pro-
núncia [i] e [u] para /e/ e /o/ finais:

— lhy, lhis, lhe — dise-lhis, fezeron-lhe	}	e — i
— fez-mi, escondi-me		
— Anriquiz		
— spiritu [sanctu] (latinismo gráfico?)	}	o — u
— friu		
— so, su (= sob)		
— amigo, amigu' (numa mesma poesia) (27)		

(22) Cf. século XII/XIV — outurgado,, cuberta, fuguera; outorgar, soportar,
sospiro; sîrvir, mîlhor, aligria; fegura, omeziado, tresteza.

(23) Cf. *o.c.*, pág. 52.

(24) João de Barros sempre transcreve *a* átomo final por seu *a pequeno*.
(Apud Hart, *o.c.*, pág. 408).

(25) Cf. Williams, *o.c.*, pág. 61.

(26) Cf. Hart. *o.c.*, pág. 408 (Algarve, Madeira, Ilha de Faial (Acores), gran-
de parte do Brasil).

(27) Cf. Nunes, *o.c.*, pág. 294. O exemplo *amigu* talvez não seja muito bom
porque vem com apóstrofo e pode ser forma apocopada de *amiguo* (Cp:
loguo por logo).

Em resumo, na posição postônica final apareciam os cinco fonemas átonos a-e-i-o-u com tendência para as alofonias $i < e$ e $u < o$.

As nasais pretônicas eram mais firmes do que as postônicas finais. Estas eram raras (28) a não ser em formas verbais — leixaram /ã/, trage /e/ (= trazem), enterrarõ /õ/ (= enterraram). Mesmo assim não aparecem /ĩ/ e /ũ/, que são escassíssimas até hoje (cf. *ínterim*, *álbum*).

Os ditongos eram vários, resultado das alterações fonéticas: ou < au e ai, ei, eu, ii, au, oa, oi — ãa, ee, õe, õo, ùu etc., mas não apresentam problema fonológico porque eram difonemáticos já no latim clássico.

A repulsa às nasais átonas finais fez criarem-se ditongos nasais para realizar fonemas nasais. Logo, /ã/ → [ãw] — aviã [aviãw]; /e/ → [ej] — veen [véej]; /õ/ → [ãw] — falarom [f lárãw].

Duarte Nunes de Leão arrola ditongos como ãa, ee, îi, õo, ùu e tal nos leva a crer que também as nasais tônicas finais se realizavam por meio de ditongos — lãa, bee, fii, bõo, hũu (29) — a não ser que ele estivesse pensando apenas na grafia. Mas o português moderno também tem poucas nasais finais, tônicas ou átonas. (ver p. 271)

Quanto à seqüência de vogais iguais, que se contraíam desde o latim clássico, a situação é um pouco complicada. A ortografia antiga registra:

1.º — Vogais dobradas por causas etimológicas: paação (< palatianu—), braadar (< balatrare); creer (< credere), fee (< fide—); çidade (< civitate—), hii (< ite — imperativo de ire); doo (< dolu—), poboo (< populu—); (h)ũu (< unu—), nuu (< nudu—).

2.º — Vogais dobradas para indicar nasalização: mãoos, peensam, liõeos.

3.º — No século XV e particularmente no XVI, *aa*, *ee*, *oo* representam as vogais baixas [a, ε,]: ataa, aalem, haa (= ah!); galee, obedece; oo (= oh!), ilhoo.

(28) Só documentamos *e* — homes, liñage.

(29) Cf. *o.c.*, pág. 138.

Mas José Pedro Machado (30) documenta *cidade, fe, hũ, mercê* (sic) no século XIII; *bradar, crer, dó* no séc. XIV; *bento, nu* no séc. XV. Encontramos *esquecer, imygo* (séc. XV), *cabydo* (< capitulu—) num texto de 1501 e *paço, ser, bento, gado, até* em Gil Vicente. Todas essas formas se alternam com as de vogais dobradas. A representação da nasalidade e das vogais baixas por letras dobradas oscila: Séc. XV/XVI — dante, desemparo; ceos (e ceeos), quaes (e quaaes).

Duarte Nunes de Leão, falando das letras dobradas, acentua que há razão para se dobrarem “*ainda que nem toda orelha sinta a diferença*” (31) (grifamos).

Concluindo, a tendência à redução continuou, generalizando-se no final do século XVI (32).

2.. Quarto estado — Português moderno.

2.4.1 O português moderno apresenta dois sistemas vocálicos fundamentais por causa da importância do acento: há treze fonemas em posição tônica e dez na átona:

	Tônicas					
	Anteriores		Centrais		Posteriores	
	O	N	O	N	O	N
Altas	i	ĩ	—	—	u	ũ
Médias	e	e	—	—	o	õ
			ɛ	ɛ		
Baixas	ɛ	—	a	—	ɔ	—

(30) Cf. José Pedro Machado, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 1.ª ed., Lisboa, Ed. Confluência, [1956].

(31) Cf. *o.c.*, pág. 158.

(32) Nas cem primeiras linhas do texto da gramática de Fernão de Oliveira (1536) todas as ocorrências são de vogais contratas — *merce, ser, cidade, como*. A nasalidade é representada por til, m ou n (*hu, hum, estender*) e apenas uma vez por reduplicação (*comuu*); a tônica não é indicada. (Cf. fotocópia das três primeiras páginas apensada por O. G. Silveira — ver nota 14).

Átonas						
	Anteriores		Centrais		Posteriores	
	O	N	O	N	O	N
Altas	i	ĩ	—	—	u	ũ
Médias	e	e	—	—	o	õ
			ɐ	ɐ		
Baixas	—	—	—	—	—	—

Este quadro se baseia na descrição do português culto do Rio feita por Matoso Câmara (33) e na de Helmut Lütcke, que descreveu a pronúncia culta no centro de Portugal (33). Como Lütcke, preferimos considerar o traço *nasalidade* para as vogais em vez de postular vogal oral + arquifonema nasal como quer Matoso Câmara que, reduzindo os fonemas vocálicos, complica a descrição da estrutura silábica. Por outro lado, estamos com Matoso Câmara quando diz que em português brasileiro há sete vogais orais em posição tônica — a, ε, e, i, , o, u — e não oito como no português lisboeta, pois nos falta o contraste *a* (anteriorizada, baixa) e (posteriorizada, quase média).

Os traços pertinentes advêm do jogo das cavidades (anterior/posterior ou central/anterior-posterior), da movimentação vertical da língua (altas/médias/baixas) ou da ação das fossas nasais (orais/nasais). A valorização desses traços, porém, depende do acento, da posição da vogal da palavra e da incompatibilidade combinatória de certos traços, como, por exemplo, o fato de o português não combinar vogais baixas com nasalidade, donde a não existência de ε, ã , reduzindo para cinco o número de fonemas nasais.

Comparando-se com o português arcaico, o sistema é o mesmo, com o mesmo número de fonemas e a mesma combinatória de traços. Apenas o português brasileiro perdeu a oposição a/ , por ser este último [] condicionado pelo contexto fônico — só ocorre quando tônico antes de /m/ ou /n/ — cf. [ãd mus, kãt mus, d nu].

2.4.2 A posição-chave é a tônica sob a qual os sete/oito fonemas orais e os cinco nasais se realizam plenamente

em qualquer posição na palavra. A posição átona possibilita as neutralizações e as variantes. Aqui devemos distinguir os pretônicos, os postônicos dos proparoxítonos e os postônicos finais. Na pretônica não se realizam as oposições *o/* e *e/ε*. Logo, cinco fonemas — a, e, i, o, u: *sapato, cebola, sineta, coberta, urubu*. No Brasil *e-i* e *o-u* constituem variantes livres: querido [kerídu, kirídu], menino [menínu, minínu], cobrir [kobrír, kubrír]. A realização [u] do fonema /o/ pretônico parece ser mais comum do que a realização [i] do fonema /e/. Em São Paulo, é regular a pronúncia [e] em palavras como Teresa, cerveja, beleza, Helena, receber [teréza, servéza, beléza, eléna, resebér]. O /a/ se realiza comumente como [] em Portugal.

Neste ponto, o sistema bem como os principais tipos de variantes continuam o português arcaico e a grafia continua incoerente como a antiga. Cp:

Grafia antiga	Grafia atual
cuberta — costume	coberta, costume — umedecer
sirvir — mericimento	servir, merecimento — sumir, bolir
molher — soportar	mulher, suportar
fezesse — correger	fizesse, corrigir

As vogais penúltimas átonas dos proparoxítonos também se reduzem a cinco — a, e, i, o, u. Matoso Câmara (34) exclui o fonema /o/ aduzindo que no registro informal do dialeto carioca, as oposições /o/ /u/ e /e/ /i/ ficam prejudicadas (35). Então o quadro do registro distenso deveria ser de três vogais, ou, então, se fica prejudicada, não desaparece de todo. Ora, os proparoxítonos têm realização normal num registro mais ou menos tenso, onde aparece mais comumente /o/ (/u/ é raro). Cf. fósforo, déspota, diástole, diálogo, óbolo, mármore [f sforu, dεspota, diástoli, diálogo, bulu (?), mármori]. Em São Paulo, pelo menos, os proparoxítonos não ocorrem ou são escassíssimos no nível espontâneo e popular, quando desaparece justamente a penúltima vogal átona qualquer que ela seja — fósforo, túmulo, música, chácara, número, óculo(s) [f sfru, túmlu, múzga, sákra, númru, klu].

As cinco vogais nasais aparecem comumente nas posições até aqui descritas com as mesmas possibilidades alofônicas. Do ponto de vista fonético, a posição mais restritiva é a final, onde aparecem os três tipos mais diferenciados *a* — *i* — *u* e *ā*, *ī*, *ū*. As nasais /e/ e /ō/, mesmo tônicas, realizam-se automaticamente como [ej] e [ōw] — Cf. /tābe/ → [tābej], /bō/ → [bāw]. Como átonas, são muito instáveis, desaparecendo na fala espontânea. Ex: órfã, gérmen, órgão [rfa, zεrmi, rgu]. É uma tendência já antiga na língua. Cf. franganu- > frângão > frango; pectine- > pentem (arc.) > pente; homine - > home (arc.) > homem [mej, mi (pop.)]

Na sílaba, as vogais são nucleares, função já definida no próprio latim clássico. As duas únicas assilábicas são /i/ e /u/ que, então, se realizam sempre como semi-vogais [j.w.] tanto no aclave — [kwál] — como no declive da sílaba — [páj] —, formadoras dos encontros vocálicos e são, portanto, variantes posicionais de /i/ e de /u/, uma vez que são condicionadas pelo contexto fônico (posição na sílaba).

Continuando estados anteriores, o português moderno não tolera a seqüência de vogais idênticas — redu-las quando átonas (ex: — coordenar, cooperar, caatinga — [kordenár, koperár, katīga]) ou altera-lhes o timbre quando uma delas é tônica (ex: vôo, perdôo [vow, perdow]). É fácil perceber o caráter erudito ou técnico de palavras como *caaba*, *geena*, *oonina*, *biiodeto*.

3. — Conclusões parciais

3.1. — Apesar da variedade de realizações fonéticas, o sistema vocálico é bastante estável do latim vulgar ao português moderno. Cf. — Na posição tônica continuam os sete fonemas. Na verdade, o que houve de mais importante foi a reorganização do sistema e remanejamento de traços pertinentes.

3.2. — Os fonemas novos — , ε, e os cinco nasais — estavam contidos nas possibilidades combinatórias e alofônicas da língua.

3.3. — A influência do acento contribuiu para a cisão do sistema de dez vogais do latim clássico em dois subsistemas de sete e cinco vogais do latim vulgar ao português moderno.

3.4. — O número de fonemas também não se alterou muito:

L.cl. — dez fonemas

L.v. — doze fonemas — sete tônicos e cinco átonos.

Port.arc. — treze fonemas — oito tônicos orais e cinco tônicos nasais.

Brasil — doze fonemas — sete tônicos orais e cinco tônicos nasais.

A perda da quantidade foi compensada pela valorização da nasalidade.

3.5. — Também as alofonias mais comuns — a > , e, o > i, u — bem como os acidentes na cadeia falada continuam tendências já definidas no latim clássico ou no latim vulgar.

(continua)

Araraquara, 1972.